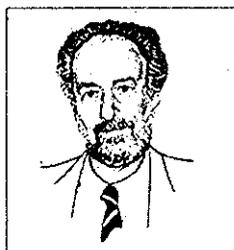


WASHINGTON NOVAES *Pra lá de Marrakesh*

Mais uma vez o mundo se reúne numa Conferência das Partes (a sétima) da Convenção sobre Mudanças Climáticas, em Marrakesh, na tentativa de um acordo que viabilize a homologação do Protocolo de Kyoto, capaz de levar a uma redução nas emissões, pelos países in-



O Saara poderá tornar-se floresta e a Amazônia, virar deserto...

dustrializados, de gases que contribuem para o chamado efeito estufa. Mas desta vez sem a participação dos Estados Unidos, o principal emissor.

Que esperar da reunião, que vai até o dia 9?

A hipótese mais otimista seria alcançar o mínimo de 55 países responsáveis por 55% das emissões, pelo menos para pôr em vigor o protocolo – o que exige a participação de europeus, russos, japoneses, australianos, canadenses, neozelandeses. E para isso será preciso que estejam todos de acordo com os mecanismos agora em discussão para negociar “direitos de emissão” entre eles (quem já estiver abaixo de sua cota, como a Rússia e a Ucrânia, poderá vender parte do “excesso” a quem esteja acima); para pôr em prática o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (pelo qual um país industrializado poderá financiar em países em desenvolvimento projetos que reduzam as emissões – e descontar essa redução das suas durante certo tempo); para definir as regras pelas quais os países industrializados poderão incluir em suas contas a retenção de carbono decorrente do plantio de florestas.

Se tudo der certo e o protocolo entrar em vigor e for cumprido, poderá haver uma redução de 1,8% nas emissões, segundo os cálculos do WWF – bem abaixo dos 5,2% pretendidos pelo protocolo, mas agora inviabilizados pela retirada dos EUA e pela permissão de os países industrializados descontarem o carbono retido pelo plantio de florestas.

Quase nada diante dos 60% de redução que o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) aconselha, para ter garantia de que serão evitadas mudanças climáticas catastróficas em função de interferências humanas.

Parece já haver um acordo acertado entre países industria-

lizados e o G-77 (do qual o Brasil faz parte) em torno das regras para o plantio de florestas pelos países industrializados. Só poderá ser contabilizada a retenção de carbono em plantios onde já não haja floresta. Não vale derrubar e depois plantar de novo. E será preciso comprovar a retenção. Nessas condições, será possível beneficiar-se durante um certo período. Ao final dele, será preciso comprovar a redução nas emissões por uso de combustível fóssil.

Poderá haver alguma vantagem para o Brasil nas regras que estão sendo propostas, pois nas transações no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) se prevê a reserva de uma fração de recursos pa-

ra projetos de conservação de florestas (em parques nacionais, por exemplo), mas sem contabilizar retenção de carbono.

De qualquer forma, parece provável que o alcance do MDL, o volume financeiro envolvido, se reduzirá consideravelmente, pela ausência dos EUA (os maiores interessados) e pela aceitação de descontos em função de plantio de florestas nos industrializados.

Que alcance terão os acordos, admitindo-se que ponham em vigor o protocolo?

As opiniões continuam divididas. Os mais otimistas acham que será uma vitória política ratificar o protocolo e pô-lo em vigor antes do Rio+10, mesmo sem a participação do principal poluente. Os menos otimistas continuam a apontar a grave situação do clima já descrita pelo terceiro painel do IPCC, no começo deste ano, e os riscos de que se agrave ainda mais.

O aumento da temperatura do planeta já elevou o nível do mar entre 10 e 20 centímetros neste século – o mais quente nos últimos mil anos –, fez da década de 1990 a mais quente, de 1998 o ano de temperatura mais alta desde 1861, reduziu entre 10% e 15% a superfície do mar coberta por gelo, reduziu em 40% a espessura da camada de gelo no Ár-

co, a Antártida aqueceu-se duas vezes mais que a média mundial. Os desastres “naturais” se multiplicaram (prejuízos de US\$ 608 bilhões na década de 1990).

Com esse cenário, o que poderá acontecer até o final do século poderá ser mais ou menos problemático, dependendo da população do planeta, da quantidade e tipo de energia que utilizar, do crescimento econômico e do consumo de recursos naturais, entre outros fatores. Em julho, 1.800 cientistas reunidos em Amsterdã disseram que, no cenário mais pessimista, o Saara poderá tornar-se floresta e a Amazônia, virar deserto; a Europa, enfrentar nova idade do gelo enquanto as calotas do Ártico e as regiões geladas da Sibéria se derretam; e o fogo poderá consumir as florestas tropicais e do Norte.

Para países como o Brasil, o risco maior está em que protelar a vigência de qualquer acordo faz surgir outras propostas. Já começam a circular teses de que as reduções de emissões devem ser proporcionais à população em todos os países (o Brasil tem uns 3% da população mundial), sem levar em conta as chamadas emissões históricas, de responsabilidade dos países que se industrializaram primeiro. Deslembrando que os gases poluentes permanecem durante longo tempo na atmosfera – um século, por exemplo, o carbono – e que, por isso, esses países têm responsabilidade diferenciada, maior, na redução.

Por outro lado, como em 2020 as emissões dos países hoje em desenvolvimento serão maiores, no conjunto, que as dos industrializados, a pressão sobre eles – Brasil incluído – tenderá a crescer.

Um panorama inquietante, qualquer que seja o desfecho em Marrakesh. Convém até que o governo brasileiro leve a sério as palavras do presidente da República na Europa e, de fato, considere prioritária, nas nossas políticas oficiais, a “qualidade de vida”. Isso levaria a política ambiental para o centro e o início de tudo. E lhe daria os recursos de que hoje não dispõe.

